

Está em jogo a dignidade da eleição

A trama urdida nos bastidores do Partido Municipalista Brasileiro (PMB) para, num golpe de última hora, lançar Silvio Santos candidato a presidente da República, como descrevem reportagens de Teodomiro Braga e Teresa Cardoso, publicadas na edição de ontem e na de hoje do **JORNAL DO BRASIL**, cai sobre a reta final da campanha eleitoral como uma agressão à consciência democrática de quem viveu, desde 3 de outubro de 1960, uma saga de mais de 10 mil dias sem o direito de eleger o presidente da República.

O relato preciso de conversas, negociações, planos, conspirações e atos praticados por esse insignificante partido é muito mais forte do que os ataques de pura retórica que Silvio Santos vem recebendo de todos os outros candidatos juntos, ou a zombaria que dele e do Brasil tem feito a imprensa internacional.

Dizer, como seus adversários estão dizendo, que Silvio Santos representa as trevas, por se declarar autoritário e por se ter aliado ao regime militar posto abaixo em 1985, ou que trapaceia a humanidade com sorteios do Baú da Felicidade e o paternalismo da Porta da Esperança, é café pequeno diante da apresentação das primeiras evidências de que o lançamento de sua candidatura teria sido feito, não de uma plataforma partidária, mas de um verdadeiro balcão de negócios.

Desde o primeiro instante em que Silvio Santos entrou para valer no mercado eleitoral, ficaram no ar as suspeitas de que estariam ocorrendo tenebrosas transações. Logo quando anunciou, na semana passada, que renunciaria à sua candidatura pelo PMB para dar lugar a Silvio Santos, Armando Corrêa, que tem entre as principais marcas de sua biografia um patrimônio de 129 mil hectares em 43 fazendas em Roraima e a obsessão de disputar qualquer eleição a qualquer preço, até para aparecer no horário eleitoral gratuito, passou pelo constrangimento de responder a perguntas de repórteres sobre o que teria rolado de dinheiro nessa história. O senador Marcondes Gadelha, que começou a construir sua carreira política como deputado de esquerda do combativo grupo *autêntico* do antigo MDB, ouviu do jornalista Bóris Casoy, no noticiário *TJ Brasil* da cadeia de televisão de Silvio Santos, interpelação semelhante.

Naturalmente, eles repudiaram as insinuações. Nem aqui se pode acusar alguém, porque não há provas. O que existe de concreto é a surpreendente confissão da pessoa mais autorizada a falar sobre o assunto, porque esteve envolvida nos mínimos detalhes da negociação para substituição do candidato do PMB. Essa pessoa é o próprio Armando Corrêa, que revela, em reportagem publicada na página 5 desta edição, que o deputado estadual Agostinho Linhares lhe pediu NCz\$ 600 mil para ceder a Marcondes Gadelha o lugar de candidato a vice-presidente na chapa de Silvio Santos.

Como se não bastasse, Corrêa acrescentou: "Isso foi o que ele pediu do PMB, pois sabia que o partido estava de caixa baixa. Ainda tem o que ele levou do outro lado, que não foi pouco". E o deputado estadual paraense José Felinto, cérebro e músculo do PMB, foi mais adiante, manifestando a convicção de que Agostinho Linhares teria sido *comprado* pelo senador Edison Lobão, maranhense, amigo do presidente Sarney. "Ele deu a grana. E foi porque teve de gastar que depois esfriou seu entusiasmo pela candidatura de Silvio Santos", disse Felinto.

Isto não é campanha eleitoral, é caso de polícia. Os sete ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que decidirão até quinta-feira a sorte da candidatura de Silvio Santos têm, agora, a obrigação moral de determinar a abertura imediata de sindicância ou inquérito para completar a apuração dessa história. A dignidade notória dos ministros do TSE impõe que eles agora cuidem da dignidade da eleição. A democracia se enfraquecerá se for eleito um presidente sob a suspeita de ter sido embalado por manobras como as narradas pelos donos do PMB.

Não se invoque o argumento de que a Justiça Eleitoral deve decidir com base apenas em rigoroso enquadramento jurídico. Um tribunal que cuida de eleição é também um tribunal político. E toma frequentemente decisões políticas, como sabem os próprios políticos, acostumados a visitar gabinetes e corredores da Justiça Eleitoral. Não é política, por exemplo, a decisão do TSE de não alterar mais a cédula eleitoral? Ou a de diminuir os prazos do processo de registro de Silvio Santos para que tudo fique esclarecido bem antes do dia da eleição? Nos dois casos, a precisão da lei foi deixada de lado em nome de uma causa maior. O escândalo do PMB é grave demais para não ser encarado também dessa maneira.

O exemplo do PT

Se todas as denúncias de corrupção fossem apuradas como o PT está apurando o caso Lubeca, este país, certamente, seria outro. O partido abriu uma comissão de investigação na Câmara Municipal e outra de sindicância na Prefeitura de São Paulo; foi à Polícia Civil exigir apuração rápida e completa; pediu ao Tribunal de Contas que examine a contabilidade da administração Luiza Erundina; está colocando à disposição de qualquer cidadão o terminal de computador com todo o extrato das contas da campanha eleitoral do candidato Luís Inácio Lula da Silva; e neste fim de semana pediu para hoje à tarde, em Brasília, audiência de uma comissão de deputados petistas com o presidente do Banco Central, Wadico Bucchi, a fim de solicitar imediata revelação à Justiça de todo o percurso do cheque de NCz\$ 900 mil emitido pela imobiliária Lubeca, supostamente para ajudar a campanha de Lula.

A direção do PT tem 95% de certeza de que esse dinheiro não chegou ao partido. Nos 5% de dúvida está a hipótese de algum funcionário subalterno ter metido a mão no dinheiro. O PT quer urgentemente tirar essa dúvida para, se for o caso, punir o responsável. Teme que isso só seja esclarecido bem perto da eleição, sem que possa reagir. Frase de Wadico Bucchi ouvida por um assessor de Lula: "Estou louco para resolver logo este caso".

Marcelo Pontes